

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRUNA SECRETTI STRECK

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PELO SEGMENTO DE BANCOS
LISTADOS NA BM&FBOVESPA NOS ANOS DE 2010 A 2014

Dourados/MS
2015

BRUNA SECRETTI STRECK

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PELO SEGMENTO DE BANCOS
LISTADOS NA BM&FBOVESPA NOS ANOS DE 2010 A 2014

Trabalho de graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Graduação II.

Orientador: Cristiane Mallmann Huppes

Banca Examinadora:

Professor Antônio Carlos Vaz Lopes

Professor Rafael Martins Noriller

Dourados/MS

2015

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PELO SEGMENTO DE BANCOS
LISTADOS NA BM&FBOVESPA NOS ANOS DE 2010 A 2014

BRUNA SECRETTI STRECK

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente

Professora: Me. Cristiane Mallmann Huppes

Avaliador

Professor: Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes

Avaliador

Professor: Me. Rafael Martins Noriller

Dedico este estudo aos meus pais, Tarso e Irene,
meu alicerce, meu porto seguro.
Exemplos de vida e superação.
Sou eternamente grata pela dedicação,
pelo imenso amor e carinho para comigo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela sabedoria e paciência a mim concedidas, para conseguir chegar até aqui, à reta final da tão sonhada graduação.

Agradeço aos meus pais, Tardo e Irene, pelo incentivo aos estudos desde muito pequena, por sempre acreditarem em mim, no meu potencial, até mesmo quando eu não acreditava, pela dedicação, pela preocupação, pelas noites mal dormidas me esperando chegar da Faculdade, pelo amor incondicional, pelo carinho, por tudo. Sou eternamente grata à vocês, meus exemplos.

Agradeço a minha irmã/amiga, Tathyana, pelo companheirismo, por sempre estar disposta a me ajudar em tudo, pela dedicação e preocupação de mãe, por não desistir de mim, por me ajudar a superar momentos difíceis aos longos desses anos de faculdade, sempre acreditando em mim, obrigado pelo amor que tens por mim, e obrigado por me proporcionar o melhor sentimento, que é ser tia/madrinha do meu pequeno Vicente, que tanto amo. Aproveito e agradeço também ao meu cunhado, Cleber, pelo carinho e por sempre estar disposto a me ajudar, obrigado pelas idas e vindas de Dourados.

Agradeço ao meu namorado, Felipe, por sempre estar do meu lado, por me apoiar e incentivar nos estudos, não me deixando desistir, pelos finais de semana em que me incentivou a estudar, por me entender nos meus momentos de angústia, lhe agradeço pelo amor e carinho comigo, espero que esses nossos sentimentos sejam eternos.

Agradeço imensamente a minha orientadora Cristiane Mallmann Huppés que acreditou em mim, agradeço pelas palavras de motivação que me fizeram seguir adiante, pela paciência comigo, pela dedicação, e por todo conhecimento que transmitiu a mim durante a orientação e graduação.

Agradeço a todos os professores do Curso de Ciências Contábeis da FACE – UFGD, em especial àqueles que foram os meus professores durante a graduação, obrigado pelos ensinamentos, pelos conhecimentos que me proporcionaram, pela dedicação e paciência.

Agradeço aos meus colegas de Curso, por conviver e poder conhecer cada um deles durante estes cinco anos de estudo, por todos os momentos que passamos juntos, tanto bons como ruins. Em especial, agradeço as minhas amigas, Luma e Aline Ávila, que durante esses cinco anos fizeram parte do meu dia-a-dia, sei que construímos uma amizade verdadeira, agradeço a vocês pela amizade, companheirismo, e por todas as conversas, conselhos que trocamos.

E, por fim, quero agradecer a todos que, de uma forma ou outra, me ajudaram nessa caminhada. A todos os meus queridos amigos, que não citei individualmente, e aos demais familiares, tanto os que estão perto quanto os que estão longe, tenho um carinho enorme por todos.

RESUMO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica, que demonstra o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração. A DVA fornece aos seus usuários informações de natureza econômica e social, além de proporcionar a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida. A presente pesquisa é descritiva e trata de um estudo documental, de característica qualitativa e quantitativa, que busca por meio da análise das DVAs das empresas do setor Financeiro e outros, subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa, entre os anos de 2010 a 2014, verificar como foram distribuídos, entre os elementos que contribuíram para sua geração, os recursos captados por essas empresas e, sua evolução ao longo dos anos estudados. Após a análise das DVAs das 15 empresas objeto de estudo, foi possível analisar a forma como foi distribuído o valor adicionado e sua evolução. O estudo demonstra que, a conta para a qual as empresas distribuíram o maior percentual de suas riquezas geradas foi a conta de Pessoal, com 33,85% em 2010, aumentando para 37,87% no ano de 2011, 36,80% em 2012, 39,24% em 2013 e fechando o ano de 2014 com 38,63%. Em seguida foram as contas Remuneração de Capitais Próprios e Impostos, Taxas e Contribuições, e por último, com o menor percentual de distribuição das riquezas, a conta Remuneração de Capitais de Terceiros, com proporção de 1,85% em 2010, passando para 2,01% em 2011, 2,09% em 2012, aumentando para 2,41% em 2013 e ano de 2014 fechou com 2,43%. Quanto à evolução da distribuição do valor adicionado, foi possível observar que as contas de Pessoal, Remuneração de Capitais Próprios e Remuneração de Capitais de Terceiros evoluíram positivamente ao longo dos anos de 2010 a 2014 e, quanto à conta de Impostos, Taxas e Contribuições, houve um declínio nos percentuais no período estudado.

Palavras Chave: Demonstração do Valor Adicionado; Bancos; Distribuição de riquezas.

ABSTRACT

The Demonstration of Value Added (DVA) is a set of information of an economic nature, which shows the value of the wealth generated by the company and the distribution among the elements that contributed to its generation. The DVA provides its users economic and social information, besides to provide the possibility of better evaluation of the entity's activities within the society in which it operates. This research is descriptive and a documentary study, with qualitative and quantitative characteristics, that seeks through DVAs companies analysis of the Financial sector and others, subsector of Financial Intermediaries Banks segment listed on the BM&FBovespa, between the years 2010 to 2014, to check how were distributed among the elements that contributed to its generation, the funds raised by these companies and their evolution over the studied years. After reviewing the DVAs of the 15 companies studied, it was possible to analyze the way it was distributed the added value and its evolution. The study shows that the account to which the company distributed the highest percentage of their wealth generated was the Personal account, with 33.85% in 2010, rising to 37.87% in 2011, 36.80% in 2012, 39.24% in 2013 and closing the year 2014 with 38.63%. Then were the accounts Equity Compensation and Taxes, Fees and Contributions, and finally, with the lowest percentage of distribution of wealth, the account of Third-Party Capital Remuneration, with the proportion of 1.85% in 2010, reaching 2.01% in 2011, 2.09% in 2012, rising to 2.41% in 2013 and 2014 closed with 2.43%. As for the evolution of the distribution of value added, it was possible to observe that the Personal, Equity Compensation and Third-Party Capital Remuneration accounts developed positively over the years 2010 to 2014 and about the Tax, Fees and Contributions accounts, there was a decline in the percentage during the study period.

Keywords: Demonstration of Value Added; Banks; Distribution of wealth.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Modelo de DVA para Empresas em geral.....	24
QUADRO 2 – Modelo de DVA para Instituições Financeiras Bancárias.....	25
QUADRO 3 - Itens da formação da riqueza na atividade de intermediação financeira (bancária).....	26
QUADRO 4 - Itens da distribuição da riqueza na atividade de intermediação financeira (bancária).....	27
QUADRO 5 - Entidades do subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa	31
QUADRO 6 – Atividades exercidas pelas empresas analisadas	34
QUADRO 7 – Empresas que apresentam DVAs consolidadas.....	35
QUADRO 8 - Média anual da Distribuição do Valor Adicionado das empresas	40
QUADRO 9 - Média da Distribuição do Valor Adicionado por empresa.....	41
QUADRO 10 - Distribuição do Valor Adicionado com Pessoal	47
QUADRO 11 - Distribuição do Valor Adicionado com Impostos, Taxas e Contribuições.....	48
QUADRO 12 - Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais de Terceiros	49
QUADRO 13 - Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais Próprios..	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Médias da Distribuição do Valor Adicionado com Pessoal	37
TABELA 2 – Média da Distribuição do Valor Adicionado com Impostos, Taxas e Contribuições.....	38
TABELA 3 – Média da Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais de Terceiros	39
TABELA 4 – Média da Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais Próprios.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	12
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	15
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
2 REVISÃO TEÓRICA	18
2.1 BALANÇO SOCIAL	18
2.2 VALOR ADICIONADO.....	20
2.2.1 <i>Riqueza</i>	21
2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	22
2.3.1 <i>Estrutura da Demonstração do Valor Adicionado</i>	23
2.3.1.1 <i>Formação da Riqueza</i>	25
2.3.1.2 <i>Distribuição da Riqueza</i>	26
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	29
3.1.1 <i>A pesquisa quanto aos objetivos</i>	29
3.1.2 <i>A pesquisa quanto aos procedimentos</i>	29
3.1.3 <i>A pesquisa quanto à abordagem do problema</i>	30
3.2 OBJETO DE PESQUISA.....	30
3.2.1 <i>Procedimento de Análise</i>	35
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
4.1 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO COM PESSOAL	37
4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO COM IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	38
4.3 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO COM REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS.....	39
4.4 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO COM REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	39
4.5 ANÁLISE CONJUNTA DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	40
5 CONCLUSÃO.....	43
6 REFERÊNCIAS	44
– APÊNDICES –	47

1 INTRODUÇÃO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) teve seu surgimento no Balanço Social sendo um dos seus elementos componentes, que tem por finalidade mostrar a riqueza criada por determinada entidade e como ocorre a distribuição desta, durante um determinado período. Por sua vez, o Balanço Social, segundo Iudícibus et al (2010, p. 7), “tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida.”

Ainda, segundo Iudícibus et al (2010, p. 7), a DVA segue o mesmo propósito do Balanço Social e “objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada. Discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e, em seguida, a forma como distribui tal riqueza.”

A DVA não era obrigatória no Brasil, até ser sancionada a Lei nº 11.638 de 27 de dezembro de 2007, que trouxe consigo a obrigatoriedade da elaboração e publicação da DVA junto com as demais Demonstrações Contábeis, para as empresas de capital aberto. Assim, a DVA tornou-se um demonstrativo independente.

De Luca (1998) afirma que,

A demonstração do valor adicionado surgiu para evidenciar o quanto de valor a empresa adiciona aos insumos que adquire, bem como sua distribuição aos elementos que contribuíram para essa adição, atendendo a esses diferentes tipos de usuários.

Com relação aos usuários das informações da DVA, estes podem ser tanto os proprietários, sócios e acionistas, como empregados, governo, financiadores externos que estão, segundo Scherer (2006, p. 15), interessados em,

Saber se a empresa está gerando riquezas a contento; se essa geração é crescente ao longo do tempo; se sua participação na distribuição da riqueza gerada é adequada; se sua participação sofreu oscilações ao longo do tempo e nesse caso, quem foi beneficiado em detrimento dos demais usuários; entre outras possíveis informações.

Cunha (2002, p. 44), em um trecho de seu estudo, escreve que a DVA representa um novo rumo quando comparada com as Demonstrações Contábeis tradicionais porque,

Enquanto estas têm como foco principal de preocupação a evidenciação, para os investidores, das informações sobre o lucro e sua forma de apuração, aquela mostra, além do lucro dos investidores, a quem pertence a outra parte da riqueza gerada pela empresa, refletindo, ainda, uma preocupação empresarial que é nova, e baseada na responsabilidade social, a remuneração dos fatores de produção que ajudaram a formar a riqueza da organização.

A importância da DVA concentra-se na informação acerca da responsabilidade social desempenhada pela empresa, e ainda, este demonstrativo, é de grande auxílio no cálculo do PIB e de indicadores sociais importantes.

Diante do que foi mencionado anteriormente, faz-se necessário mostrar o porquê da importância da DVA estar ligada aos aspectos citados. Quanto à responsabilidade social das empresas, De Luca (1998, p. 17) comenta e afirma que,

A empresa, além de um agente econômico com a missão de produzir riqueza, é também um agente social e, como um dos componentes da sociedade deve prestar contas aos demais. A sociedade vem, cada vez mais, exigindo respostas aos problemas socioeconômicos decorrentes do desempenho das empresas.

Já quanto à utilização da DVA no auxílio do cálculo do PIB e de indicadores sociais, Santos (2007, p. 18) afirma que,

Numa época em que se tem a globalização como irreversível, a DVA começa a materializar uma nova forma de visualização dos benefícios (ou malefícios) a respeito da participação das empresas no contexto social em que estão inseridas. A isso deve ser adicionada a possibilidade de melhor avaliação do conjunto de empresas de uma sociedade, principalmente no que se refere à capacidade de geração (valor adicionado) e distribuição de riquezas; **a soma dos valores adicionados das empresas, calculada através da DVA, representará parte significativa de toda a riqueza gerada no país, isto é, constituirá elemento substancial do Produto Interno Bruto (PIB).** (grifo nosso)

Com base no exposto, pode-se dizer que a DVA é uma demonstração utilizada para evidenciar, tanto informações qualitativas, quanto informações quantitativas, de natureza social e faz parte do Balanço Social. É também excelente fonte de informações para os sistemas de recursos humanos e para as decisões de incentivos fiscais, que avaliam novos investimentos e desenvolvimento do conhecimento para a sociedade.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A definição da problemática, de acordo com Figueiredo (2011), nada mais é do que apresentar a dificuldade teórica ou prática com a qual se defronta, e que a solução poderá ser encontrada com a realização de uma pesquisa. Segundo Oliveira (2003), o problema de pesquisa sempre se apresenta na forma de uma interrogação. Para Figueiredo (2011, p. 136) “a pesquisa científica é iniciada a partir da formulação do problema, uma vez que problema é a dúvida, a curiosidade, o mistério, é o quebra-cabeça.”. Pode-se dizer então, que problema de pesquisa é a questão, que gera dúvida e/ou curiosidade em relação a determinado tema, à qual se procura responder no desenvolver da pesquisa.

Vieira (2010) em seu estudo sobre as verdades e mitos quanto à interpretação da DVA, buscou alcançar a consolidação dessa demonstração como instrumento de evidencição da entidade na sociedade, e discutiu sua interpretação a partir do que se percebe no senso comum. Para delinear seu estudo, apresentou cinco hipóteses: quando o lucro líquido aumenta, há um aumento do valor adicionado; um aumento do valor adicionado distribuído ao empregado conduz a um aumento do valor adicionado destinado ao acionista; as destinações do valor adicionado distribuem-se igualmente ao longo do tempo e; uma elevação do desempenho econômico-financeiro conduz a um aumento do valor adicionado destinado ao empregado.

A base de dados estudada por Vieira (2010) foi extraída dos dados mantidos pela Fipecafi e da base de elaboração da edição Melhores e Maiores da Revista Exame, nos de 2004 à 2009. Para a análise foram consideradas 6.286 empresas, excluídas as instituições financeiras. Os resultados do estudo indicaram que há correlação positiva e moderada entre valor adicionado e lucro líquido ajustado, mostrando, assim, que o aumento do lucro pode estar acompanhado do aumento de valor adicionado, resultado obtido através do cálculo do coeficiente de correlação de Spearman, que determina até que ponto duas variáveis concordam ou discordam.

Na verificação da segunda hipótese, pela mesma técnica abordada anteriormente, Vieira (2010) verificou que houve relacionamento estatístico entre o valor adicionado destinados aos empregados e aos acionistas, sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio, a associação dessas variáveis foi negativa, mas apresentou-se em nível moderado. Quando a associação é negativa, indica-se que o comportamento dessas variáveis se dá em direções opostas, ou seja, o aumento de uma pode indicar a diminuição da outra.

A quarta hipótese também apresenta associação negativa, caracterizando, assim, que aumentos na rentabilidade ajustada ao patrimônio líquido podem resultar em diminuições nas distribuições percentuais do valor adicionado aos empregados. E por fim, a quinta hipótese apresentou associação positiva entre as variáveis Pessoal e Salário, onde o aumento de uma representa o aumento da outra. A limitação encontrada por Vieira (2010) em seu estudo foi em relação à amostra que era não aleatória, impossibilitando assim que os achados fossem extrapolados para a população.

Ferrari (2011) analisou a distribuição do valor adicionado em sete empresas do setor de atuação de Materiais Básicos publicadas no período de 2005 a 2009, listadas na BM&FBovespa, com o propósito de verificar se ao longo dos períodos houve alguma

semelhança no comportamento das distribuições de valores adicionados das empresas considerando serem do mesmo setor. Os resultados obtidos na análise da DVA das empresas participantes do estudo do referido artigo, indicaram comportamento bastante homogêneo, pois as empresas distribuíram valores percentuais semelhantes entre si ao longo dos anos. Indicou-se ainda que o item de maior distribuição foi o de Impostos, Taxas e Contribuições com um valor médio de 32,6% do valor adicionado gerado. Por fim, concluiu que empresas de um mesmo setor, por possuírem atividades semelhantes, podem apresentar características de distribuição do valor adicionado uniformes, e por consequência, gerar tributos em percentual semelhante.

O referido artigo apresentou limitações quanto à amostra, que ficou reduzida devido ao fato da não obrigatoriedade da publicação da DVA nos anos de 2005 e 2006, considerando-se, para critério de seleção das empresas, as informações encontradas no formato de demonstração financeira que, no mínimo, demonstrassem valores de distribuição nos referidos anos.

Diante das limitações encontradas nos estudos citados, o presente estudo tornou-se viável, pois as demonstrações analisadas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico da BM&FBovespa, para a sociedade em geral, e nos anos abrangidos a publicação da DVA é de caráter obrigatório pelas entidades do subsetor de Intermediários Financeiros (Bancos). Dessa forma, e levando em consideração a importância da DVA de prestar informação acerca da responsabilidade social desempenhada pelas entidades na região onde estão instaladas, e ainda, servir de grande auxílio no cálculo do PIB e de importantes indicadores sociais, o presente estudo esboça a seguinte questão de pesquisa: **Como foram distribuídos os recursos captados pelas entidades do setor financeiro e outros, subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014?**

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos estão classificados em: objetivo geral e objetivos específicos. O objetivo geral apresenta uma ação mais ampla do problema de pesquisa, e propõe-se a dar resposta à questão problema formulada. Figueiredo (2011, p. 140) afirma que o objetivo geral “define de modo geral o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa. Normalmente elabora-se

somente um objetivo geral.”. Ao elaborar este objetivo usam-se verbos de sentido mais aberto.

Os objetivos específicos são o detalhamento do objetivo geral, pois dentro da ideia geral do estudo, deve ser ressaltada a ideia específica a ser desenvolvida. Para Oliveira (2003, p. 132), “é nessa fase que a amplitude da proposta de trabalho tem sua delimitação perfeitamente definida ou o enfoque dado a uma problemática geral.”, e, de acordo com Figueiredo (2011, p. 141), “cada objetivo vai atingir um aspecto do tema, um ângulo a ser pesquisado até atingir todos os pontos da pesquisa.” Dessa forma, cada objetivo específico deve ser alcançado, para que possa alcançar o objetivo geral.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente estudo foi analisar a distribuição dos recursos captados pelas entidades do setor financeiro e outros, subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014.

1.2.2 Objetivos Específicos

O presente estudo teve como objetivos específicos:

- Estudar os aspectos teóricos que norteiam a DVA, quanto à definição e prerrogativas para a elaboração e divulgação da mesma;
- Identificar as empresas do setor financeiro e outros, subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa;
- Coletar a demonstração contábil denominada DVA das empresas do setor financeiro e outros, subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014;
- Analisar a evolução de como estão sendo distribuídos os recursos captados pelas empresas do setor financeiro e outros, subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014; e
- Descrever sobre a distribuição dos recursos captados pelas empresas do setor financeiro e outros, subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014.

1.3 JUSTIFICATIVA

A justificativa é a razão, a apresentação dos motivos que justificam a realização da pesquisa. De acordo com Figueiredo (2011), é na justificativa que o pesquisador deve ressaltar o porquê da ideia do estudo, que será objeto de investigação, e a sua relevância tanto teórica quanto prática.

Tal relevância pode ser demonstrada, segundo Oliveira (2003, p. 132), “a partir da apresentação de estudos dos vários autores que tenham publicado algum trabalho sobre o referido assunto, citando os avanços ocorridos, assim como o estágio em que se encontra o tema.”. Dessa forma, deve-se destacar a importância da pesquisa em um contexto mais amplo.

A DVA, sem dúvidas, no que se refere a sua elaboração, aos usuários das suas informações, à sua análise e a outras questões, é pouco conhecida pela sociedade, pelos acadêmicos do curso de ciências contábeis e, até mesmo, pelos profissionais da área. Este demonstrativo é de grande relevância, pois influencia na análise do impacto econômico-social que determinadas empresas proporcionam nas regiões, ou países, onde estão inseridas. É um tema extremamente atual e bastante discutido em estudos científicos.

Scherer (2006) propôs em seu estudo verificar, através de testes empíricos, se o valor adicionado líquido a distribuir, evidenciado a partir da DVA das companhias abertas que publicam o demonstrativo, é relevante para os investidores da BOVESPA. Diante dos resultados dos testes empíricos realizados, o autor afirma que, a informação do valor adicionado líquido a distribuir, evidenciado através da DVA das companhias abertas que publicam a demonstração, possui conteúdo informacional, e dessa forma é relevante para os investidores da BOVESPA.

Afirma ainda que, para as ações ordinárias, o valor adicionado líquido a distribuir representa um desempenho superior ao lucro, mas inferior ao patrimônio líquido, e já nos casos de ações preferenciais, os resultados apresentados indicam que o valor adicionado líquido a distribuir representa um desempenho próximo ao patrimônio líquido, mas inferior ao lucro.

Diante dos resultados do estudo de Scherer (2006), observa-se a importância da DVA como informação complementar para investidores nesse tipo de empresa, que buscam uma série maior de dados para tomarem suas decisões de investimentos, confirmando assim, esta

importância da contabilidade e da divulgação de informações econômico-financeiras e econômico-sociais.

Taiarol (2011), por sua vez, ao analisar e comparar a evolução do investimento social interno, do valor adicionado gerado, e da receita operacional e líquida, bem como verificar se os investimentos sociais internos contribuem para o aumento da receita e do valor adicionado das organizações bancárias brasileiras, no período de 2000 a 2009, constatou que há alta correlação e alta regressão do investimento social interno com a geração e a distribuição de riqueza, bem como, da receita operacional e líquida.

A partir do resultado apresentado, pode-se dizer que o aumento do investimento social interno proporciona aumento no valor adicionado gerado e distribuído aos funcionários. A principal conclusão do estudo de Taiarol (2011), é que os gastos com pessoal é um dos elementos para aumentar as receitas e gerar riqueza para as organizações bancárias.

Dessa forma, houve a necessidade de demonstrar-se a importância da DVA, quanto à geração e distribuição da riqueza, nas entidades do subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos, listadas na BM&FBovespa.

2 REVISÃO TEÓRICA

Beuren et al (2012, p. 69) explica em sua obra que “a organização do capítulo deve-se dar por seções e subseções, buscando um arranjo encadeado dos raciocínios utilizados para dar sustentação teórica ao estudo”. A revisão teórica é a base para o desenvolvimento de todo o estudo, pois é através de uma revisão teórica ampla e aprofundada que se constrói o marco teórico referencial do estudo.

De acordo com Beuren et al (2012, p. 55) a “leitura e avaliação do material bibliográfico coletado mostrará até onde outros pesquisadores têm chegado com seus esforços, os métodos e procedimentos empregados, as dificuldades que enfrentaram, o que ainda pode ser pesquisado, entre outros aspectos”, ou seja, a revisão teórica dá apoio e orientação ao estudo, especialmente no momento da análise e interpretação dos dados coletados.

Dessa forma conclui-se que a fundamentação teórica é de extrema importância, pois busca definir a abordagem imprescindível para abranger os elementos que fazem parte do problema formulado e dos objetivos gerais e específicos do estudo. Sendo assim, este estudo faz uma exposição dos conceitos teóricos, dos assuntos: Balanço Social; Valor Adicionado; e Demonstração do Valor Adicionado.

2.1 BALANÇO SOCIAL

Entre os usuários da contabilidade, até o início dos anos 60, destacavam-se os seguintes: sócios, acionistas, proprietários, debenturistas, fornecedores e financiadores de forma geral, empregados, sindicatos, prestadores de serviços, gerentes, diretores e administradores em geral, o governo, entre outros. Estes, em grande maioria, mostravam-se satisfeitos com as informações fornecidas pelas demonstrações contábeis mais usuais, dentre as quais se destacam: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, que são complementares às referidas demonstrações. Já no final da década de 60 do Século XX, os movimentos sociais iniciados na França, Alemanha e Inglaterra tinham como principal reivindicação a responsabilidade coletiva das empresas, e começaram a ser cada vez mais agressivas estas reivindicações (SANTOS, 2007, p. 12).

Nota-se que foi através desses movimentos que surgiu a necessidade por informações que pudessem atender os usuários, sempre mencionados, mas em momento algum, beneficiados com informações que lhes fossem úteis, como: remuneração e encargos sociais, formação profissional, condições de higiene e segurança no trabalho.

Diante do exposto, observa-se que foi através do Balanço Social que empregados e a sociedade em geral passaram a ter conhecimento das informações de caráter social que demonstram o grau de envolvimento da empresa em relação ao local no qual está instalada. Santos (2007, p. 13) comenta sobre as questões relacionadas ao Balanço Social e afirma que com estas questões,

Abre-se grande e nova perspectiva de utilização do instrumental proporcionado pela Contabilidade para o entendimento das relações empresa-sociedade; dentro desse enfoque, não há dúvida de que uma das vertentes possíveis estará bastante calcada na Demonstração do Valor Adicionado, pois é essa a demonstração que será capaz de atender às necessidades relativas a informações sobre a riqueza gerada e à forma de sua distribuição em cada empresa. Essas informações, facilmente obtidas através dessa que poderia ser considerada a “caçula das demonstrações contábeis”, serão de muita valia em futuras discussões sociais. Vale destacar que, comparada às demonstrações contábeis tradicionais, a DVA é ainda pouco conhecida e difundida entre os preparadores e usuários da Contabilidade no Brasil.

A DVA permite que enfoques distintos sejam evidenciados em uma mesma demonstração. Vieira (2010, p. 52) explica que,

Se o propósito da firma é a maximização do retorno ao acionista, então, certamente o foco recairá para o lucro ou, em se tratando da DVA, valor adicionado distribuído aos acionistas e o lucro retido. No entanto, se a entidade tem em vista satisfazer o inteiro time dos que compuseram a formação do valor, então a atenção se voltará para o valor adicionado total e a respectiva distribuição entre os diversos *stakeholders*. Desse modo, a contabilidade provê um indicador de desempenho que prestigia trabalhadores, financiadores de capital e governo, e não simplesmente o acionista.

A DVA mostra-se uma excelente ferramenta de análise, podendo ser utilizada por todos aqueles que pretendem entender melhor as relações da sociedade. Sendo assim Santos (2007, p. 221) afirma que “a contabilidade nacional já se tem servido desse instrumento, mas agora surge a grande oportunidade de passar a utilizá-lo como uma forma de individualizar a participação de cada empresa na formação e distribuição da riqueza”.

É importante ressaltar que a DVA é elaborada com informações contábeis e, portanto, apesar do cunho social, pode ser considerada uma demonstração financeira. Dessa forma pode-se dizer que DVA e DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) são relatórios bastante similares, pois ambos têm como ponto de partida o total das receitas, e efetuam deduções até chegarem a um resultado, lucro no caso da DRE e valor adicionado líquido para distribuição no caso da DVA.

Neste contexto, Scherer (2006, p. 44) discorre sobre a diferença existente entre esses demonstrativos, e escreve que,

Na DRE, o que se busca é demonstrar o lucro líquido, logo, ela é dirigida principalmente para os proprietários (sócios ou acionistas) da empresa, Já na DVA o que se busca é demonstrar a geração de riqueza e a contribuição da empresa para a economia como um todo do país, assim, ela é dirigida para um grupo maior de *stakeholders*, além dos proprietários.

Em resumo, compreende-se que a DRE apresenta o resultado contábil, que nada mais é do que o retorno aos sócios/acionistas e, a DVA, apresenta o valor adicionado líquido a distribuir, que nada mais é do que o retorno à todos os provedores de capital e trabalho, além do governo.

2.2 VALOR ADICIONADO

Não há como falar da DVA, sem antes entender o conceito de Valor Adicionado. Segundo o CPC 09 (2012, p. 3):

Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

Para Santos (1998 apud CUNHA, 2002 p. 33) haverá geração de riqueza (ou agregação de valor) sempre que o valor econômico do produto que foi gerado for superior ao valor dos recursos consumidos para sua geração.

A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período. (CPC 09,2012, p. 4)

O cálculo do valor adicionado pode ser feito mediante dois modelos, o contábil e o econômico, entre estes dois modelos existem diferenças temporais, como apresenta o CPC 09 (2012, p. 4):

A ciência econômica, para cálculo do PIB, baseia-se na produção, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseia-se no regime contábil de competência. Como os momentos de realização da produção e das vendas são normalmente diferentes, os valores calculados para o PIB por meio dos conceitos oriundos da Economia e os da Contabilidade são naturalmente diferentes em casa período. Essas diferenças serão tanto menores quanto menores forem as diferenças entre os estoques inicial e final para o período considerado. Em outras palavras, admitindo-se a inexistência de estoques inicial e final, os valores encontrados com a utilização de conceitos econômicos e contábeis convergirão.

O conceito de valor adicionado, como já observado anteriormente, é obtido através do conceito macroeconômico de produto nacional, que tem o objetivo de ajudar no cálculo de medição do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O PIB, de acordo com Santos (2003, p. 31), é o resultado das atividades econômicas de um determinado país, onde se considera somente a riqueza gerada dentro dos próprios limites geográficos. Desta forma, pode-se dizer que o valor adicionado de uma economia pode ser calculado de três formas, sob a ótica do produto, da renda e da despesa.

O estudo feito por Vieira (2010, p. 37-38), discorre sobre estas três óticas mencionadas e escreve que,

Sob a ótica do produto, a avaliação do produto total da economia consiste na consideração do valor efetivamente adicionado pelo processo de produção em cada unidade produtiva; aqui desenvolve-se a conceituação de valor adicionado que, posteriormente, surge na contabilidade com algumas adaptações. Sob o enfoque da renda, a avaliação do produto gerado pela economia, ao longo de um determinado período, considera o montante total das remunerações pagas a todos os fatores de produção. Por fim, sob a ótica do dispêndio, considera-se a soma dos valores de todos os bens e serviços produzidos no período que não foram absorvidos como insumos na produção de outros bens.

Em termos contábeis, o valor adicionado, segundo De Luca (1998, p. 32), não segue o mesmo conceito dado pela ciência econômica, pois sua principal diferença é o ambiente onde se aplica este conceito. Logo, para a economia o valor adicionado é utilizado para informar o PIB de um país, já para a contabilidade ele pode ser apurado em cada unidade da cadeia produtiva.

Nota-se que o conceito de valor adicionado é único, pois se trata da geração de riqueza que acontece em cada etapa do processo produtivo, a diferença entre os conceitos: econômico e contábil está na forma de mensuração e no momento da apuração do valor adicionado.

2.2.1 Riqueza

De acordo com o Dicionário Aurélio (2004) riqueza, sob a ótica econômica, é o “conjunto de ativos de pessoa, empresa, ou país, que podem gerar renda”. Segundo Santos (2007, p. 26) o valor adicionado de uma empresa é,

Do ponto de vista microeconômico, poder-se-ia dizer que o valor adicionado de uma empresa é o quanto de riqueza ela pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros, inclusive valor relativo às despesas de depreciação. Do ponto de vista da Ciência Contábil, poder-se-ia afirmar que a medição ou apuração da riqueza criada pode ser calculada através da diferença aritmética entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros mais as depreciações.

Através dos conceitos apresentados, pode-se dizer que a definição de riqueza, no contexto da DVA, confunde-se com o conceito de valor adicionado. De acordo com Ribeiro (2004, p. 19) “a riqueza gerada é denominada de valor adicionado porque representa, nesse caso, o quanto a empresa agregou para a economia”. Corroborando com este conceito, Santos (2007, p. 29) comenta que,

Valor adicionado representa o incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo. Assim, poder-se-ia concluir que as empresas, ao exercerem suas atividades, utilizando-se de bens e serviços que são atribuídos de terceiros, aplicando seus capitais, através da utilização de seus equipamentos, e o trabalho de seus empregados, estarão adicionando valor aos novos produtos que serão colocados no mercado. Em outras palavras, a empresa, que está situada entre o mercado vendedor e o mercado comprador, em sua operação agrega valor aos bens e serviços adquiridos, transformando-os e recolocando-os no mercado.

Para Kroetz (2000, p. 40), a DVA, na realidade, é a diferença entre os recursos consumidos que a entidade adquiriu de terceiros e os que ela produziu, ou seja, demonstra o que foi adicionado de valor ao produto/serviço (riqueza gerada), dentro do ciclo operacional da entidade.

Assim, conclui-se que riqueza é o quanto de valor a empresa adiciona aos insumos que adquire, para posteriormente distribuí-lo aos elementos que contribuíram para a geração desta riqueza.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A DVA, no Brasil, foi regulamentada com o Pronunciamento Técnico específico CPC n.º 09 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que é o órgão brasileiro responsável pela emissão das normas contábeis. E a partir da vigência da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 passou a ser obrigatória a elaboração e a apresentação da DVA, pelas companhias abertas, como parte integrante das demonstrações contábeis que são divulgadas no final de cada exercício social.

No Brasil, os primeiros estudos dessa nova demonstração foram desenvolvidos no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA-USP. Nos últimos oito anos, a Demonstração do Valor Adicionado acabou tendo um aumento de vulto e importância. Sem medo de errar, pode-se afirmar que boa parte do impulso tomado por mais essa demonstração contábil foi sua inclusão no cálculo de excelência utilizado pela FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – para a escolha das empresas com os melhores desempenhos nos setores em que a atividade econômica é dividida para a edição de “Melhores e Maiores”, da Revista Exame. [...] Claro que tal aumento não pode ser atribuído apenas a um único motivo; certamente o entendimento pelas empresas do tipo de informação de que poderiam passar a dispor, além do apoio dado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, que passou a incentivá-las a divulgarem, de

forma espontânea, esse tipo de demonstração, inclusive citando, textualmente o modelo divulgado pela FIPECAFI, são fatores que também muito contribuíram para esse comportamento. (SANTOS, 2005, p. 3).

De acordo com De Luca (1998, p.28), “A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.”. Santos (2007, p. 37) ressalta que esta demonstração “deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como distribuição da riqueza de uma entidade.” Conclui-se, diante do que já foi exposto, que a DVA fornece aos seus usuários informações de natureza econômica e social, além de proporcionar a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida.

2.3.1 Estrutura da Demonstração do Valor Adicionado

A estrutura da DVA divide-se em duas partes com objetivos diferentes, como estabelecido no CPC 09. A primeira parte mostra a forma e a quantidade de riqueza que a entidade gerou, enquanto que a segunda parte mostra a forma como essa riqueza gerada foi distribuída entre os fatores de produção. São apresentados dois modelos de DVA, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09. Um deles está direcionado para empresas em geral, e o outro, direcionado para empresas de intermediação financeira. O Quadro 1 apresenta o primeiro modelo, que diz respeito às empresas em geral.

DESCRIÇÃO
1 – RECEITAS
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços
1.2) Outras Receitas
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias, e dos serviços vendidos
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos
2.4) Outras (especificar)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)
4 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
6.1) Resultado de equivalência patrimonial
6.2) Receitas
6.3) Outras
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)

Continua.

Continuação.

8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)
8.1) Pessoal
8.1.1 – Remuneração direta
8.1.2 – Benefícios
8.1.3 – F.G.T.S.
8.2) Impostos, taxas e contribuições
8.2.1 – Federais
8.2.2 – Estaduais
8.2.3 – Municipais
8.3) Remuneração de capitais de terceiros
8.3.1 - Juros
8.3.2 – Aluguéis
8.3.3 – Outras
8.4) Remuneração de capitais próprios
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio
8.4.2 – Dividendos
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)

QUADRO 1 – Modelo de DVA para Empresas em geral

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09 (2012)

O primeiro modelo de DVA, conforme Quadro 1, é utilizado pelas empresas em geral, e demonstra em seus itens de 1 a 7 toda a riqueza gerada, que será distribuída entre os agentes responsáveis por sua formação a partir do item 8. Desse modo, o valor total do item 8 tem que ser exatamente igual o valor do item 7.

As informações da DVA, relativas à empresas de intermediação financeira, está apresentado no Quadro 2:

DESCRIÇÃO
1 – RECEITAS
1.1) Intermediação financeira
1.2) Prestação de serviços
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)
1.4) Outras
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS
3.1) Materiais, energia, e outros
3.2) Serviços de terceiros
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos
3.4) Outras (especificar)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
7.1) Resultado de equivalência patrimonial
7.2) Outras
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)

Continua.

Continuação.

9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)
9.1) Pessoal
9.1.1 - Remuneração direta
9.1.2 – Benefícios
9.1.3 – F.G.T.S.
9.2) Impostos, taxas e contribuições
9.2.1 – Federais
9.2.2 – Estaduais
9.2.3 – Municipais
9.3) Remuneração de capitais de terceiros
9.3.1 – Aluguéis
8.3.2 – Outras
9.4) Remuneração de capitais próprios
9.4.1 - Juros sobre o capital próprio
9.4.2 – Dividendos
9.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício
9.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)

QUADRO 2 – Modelo de DVA para Instituições Financeiras Bancárias

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09 (2012)

Conforme Quadro 2, o modelo de DVA é utilizado pelas Instituições Financeiras Bancárias. Este foi o modelo abordado para fins deste estudo, visto que o mesmo analisou as DVAs das entidades do subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos, listadas na BM&FBovespa. Da mesma forma que no primeiro modelo, o segundo modelo demonstra em seus itens de 1 a 8 toda a riqueza gerada, que será distribuída entre os agentes responsáveis por sua formação a partir do item 9, que deve ser exatamente igual o valor total do item 8.

De acordo com Nagai (2012) a DVA é um arranjo da DRE, onde todas as contas constantes nesta serão representadas naquela, e quanto maior for o nível de detalhamento da natureza de receitas e despesas, maior será o poder informativo acerca da formação do resultado da entidade.

2.3.1.1 Formação da Riqueza

Os principais componentes da formação da riqueza, na atividade de intermediação financeira (bancária), estão apresentados no Quadro 3.

DESCRIÇÃO/FORMAÇÃO DA RIQUEZA	O QUE INCLUI
1. RECEITAS	
1.1) Receitas de intermediação financeira	as receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outras.
1.2) Receitas de prestação de serviços	as receitas relativas à cobrança de taxas por prestação de serviços.

Continua.

Continuação.

1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	os valores relativos à constituição e baixa da provisão.
1.4) Outras receitas	parte dos valores realizados de ajustes de avaliação patrimonial; valores referentes à construção de ativos na própria entidade e valores considerados fora das atividades principais da entidade.
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (na atividade bancária, estas despesas devem fazer parte da formação líquida da riqueza e não de sua distribuição)	os gastos com operações de captação, empréstimos, repasses, arrendamento mercantil e outros.
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	
3.1) Materiais, energia, e outros	valores relativos às despesas originadas de aquisições e pagamentos a terceiros.
3.2) Serviços de terceiros	gastos de pessoal que não seja próprio.
3.3) Perda e Recuperação de valores ativos	valores relativos à ajustes a valor de mercado de investimentos. (se, no período, o valor líquido for positivo, deve ser somado)
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	a despesa contabilizada no período.
5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
5.1) Resultado de equivalência patrimonial	o resultado da equivalência pode representar receita ou despesa. (se representar despesa, esta deve ser considerada como redução ou valor negativo)
5.2) Outras Receitas	dividendos relativos à investimentos avaliados pelo custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.

QUADRO 3 - Itens da formação da riqueza na atividade de intermediação financeira (bancária)

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09 (2012)

O valor adicionado total a distribuir, entre os fatores de produção, é obtido na formação da riqueza. De acordo com o Quadro 3, quando diminui-se do item “Receitas”, que é o total de todas as receitas, os itens “Despesas com Intermediação Financeira” e “Insumos adquiridos de terceiros”, sendo este a soma de todos os insumos adquiridos, encontra-se o valor adicionado bruto. Já o valor adicionado líquido produzido pela entidade é obtido através da subtração do valor adicionado bruto pelo item “Depreciação, Amortização e Exaustão”, lembrando que este inclui somente as despesas contabilizadas no período. E, por fim, o valor adicional total a distribuir é obtido pela soma do valor adicionado líquido produzido pela entidade e do item “Valor Adicionado recebido em transferência”.

2.3.1.2 Distribuição da Riqueza

Os principais componentes da distribuição da riqueza, na atividade de intermediação financeira (bancária), estão apresentados no Quadro 4.

DESCRIÇÃO (Distribuição da riqueza)	O QUE INCLUI
1. PESSOAL (são valores apropriados ao custo e ao resultado o exercício na forma como está demonstrado nos itens 1.1 ao 1.3)	
1.1) Remuneração direta	os valores relativos à salários, 13º Salário, honorários da diretoria, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
1.2) Benefícios	valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria, etc.
1.3) FGTS	valores devidos aos empregados e que são depositados em conta vinculada.
2. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES (são valores referentes ao IR, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS que sejam ônus do empregador, como também os demais impostos de contribuições a que a entidade esteja sujeita, conforme está demonstrado nos itens 2.1 ao 2.3)	
2.1) Federais	os tributos devidos à União, até mesmo aqueles que são repassados em sua totalidade ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias, etc., tais como: IRPJ, CSSL, entre outros. E também a contribuição sindical patronal.
2.2) Estaduais	os tributos devidos aos Estados, até mesmo aqueles que são repassados em sua totalidade ou em parte aos Municípios, Autarquias, etc., tais como o IPVA.
2.3) Municipais	os tributos devidos aos Municípios, até mesmo aqueles que são repassados em sua totalidade ou em parte a Autarquias ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.
3. REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS (são valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital, conforme está demonstrado nos itens 3.1 e 3.2)	
3.1) Aluguéis	valores de aluguéis pagos ou creditados a terceiros, até mesmo os acrescidos aos ativos. (incluindo-se as despesas com arrendamento operacional)
3.2) Outras	valores de remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas de capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc.
4. REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS (são valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas, conforme está demonstrado nos itens 4.1 e 4.3)	
4.1) Juros sobre o capital próprio	os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, excluindo-se os valores de juros sobre o capital próprio transferidos para conta de reserva de lucros.
4.2) Dividendos	apenas os valores distribuídos com base no lucro do próprio período, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como "lucros retidos" no exercício em que já foram gerados.
4.3) Lucros retidos e prejuízo do exercício	os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, até mesmo os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.

QUADRO 4 - Itens da distribuição da riqueza na atividade de intermediação financeira (bancária)

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09 (2012)

Quanto às quantias que são destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos quando disser respeito ao exercício a que devem ser atribuídos, mesmo sendo registrados como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros (CPC 09, 2012).

A partir do exposto pelo Quadro 4, conclui-se que é na segunda parte da DVA que ocorre a distribuição de toda riqueza gerada pela entidade em determinado período. De acordo com o Quadro 2, já ilustrado anteriormente, o valor do item 9 “Distribuição do Valor Adicionado”, que represente a soma de todos os itens abordados no Quadro 4, deve ser exatamente igual ao valor do item 8 “Valor Adicionado total a distribuir”, que é obtido na primeira parte da DVA, a formação da riqueza.

3 METODOLOGIA

Metodologia de pesquisa é um conjunto de métodos e procedimentos utilizados na investigação dos fatos. Segundo Beuren et al (2012, p. 53) método significa o conjunto de etapas/processos a serem realizados ordenadamente na investigação dos fatos, e procedimentos, por sua vez, representa as diversas formas a que se submete cada objeto de pesquisa nas diversas etapas do método, ou seja, a metodologia está sempre relacionada aos métodos e aos procedimentos científicos.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

De acordo com Beuren et al (2012, p. 76) o delineamento é muito importante na pesquisa científica, pois é uma forma de organizar planos e estruturas com o propósito de obter respostas para os problemas do estudo. As tipologias de delineamento de pesquisa são agrupadas em três categorias classificadas: quanto aos objetivos; quanto aos procedimentos; e quanto à abordagem do problema.

3.1.1 A pesquisa quanto aos objetivos

A pesquisa quanto aos objetivos pode enquadrar-se em pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa. Para alcançar o objetivo deste estudo foi utilizada a pesquisa descritiva, que objetiva descrever as características de uma população, de um fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Beuren et al (2012, p. 81) explica que “a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda.”. Dessa forma, na pesquisa descritiva, descrever significa comparar, relatar, identificar, entre outros.

3.1.2 A pesquisa quanto aos procedimentos

Na pesquisa científica os procedimentos são as formas pela qual se orienta o estudo e obtêm-se os dados. Neste contexto foi abordada a pesquisa documental, pois, de acordo com a afirmação de Beuren et al (2012, p. 89), esse tipo de pesquisa busca “solucionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum

valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.”.

Na pesquisa documental os documentos utilizados podem ser classificados em dois tipos: documentos de primeira mão e documentos de segunda mão. Foram utilizados, para fins deste estudo, documentos de primeira mão, que, segundo Beuren et al (2012, p. 90), são aqueles que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, como: documentos oficiais, reportagens de jornal, contratos, gravações, filmes, cartas, entre outros. Os documentos utilizados no contexto deste estudo foram as DVAs, disponibilizadas no endereço eletrônico da BM&FBovespa.

3.1.3 A pesquisa quanto à abordagem do problema

Quanto à abordagem do problema destacam-se as pesquisas qualitativas e quantitativas. A pesquisa qualitativa não se preocupa em numerar ou medir unidades como na pesquisa quantitativa, mas sim em compreender análises mais profundas com relação ao fenômeno objeto de estudo. A principal diferença entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa está no fato de esta última não fazer uso, como base, de instrumentos estatísticos no processo de análise do problema (BEUREN, 2012, p. 92).

Diante do exposto, o presente estudo teve como principal característica a abordagem qualitativa. Porém, as demonstrações que serão analisadas, especificamente a DVA traz em seu contexto, valores que serão analisados em sua característica quali/quanti, ou seja, a descrição qualitativa dos valores que representam.

3.2 OBJETO DE PESQUISA

O objeto de pesquisa deste estudo serão as DVAs das entidades do setor de atuação “Financeiro e outros”, subsetor de “Intermediários Financeiros”, do segmento de “Bancos” listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014. Este recorte foi intencional, provocado pela curiosidade do autor, em conhecer melhor a estrutura deste tipo de empresas, motivado ainda, por trabalhar em uma instituição financeira. Foi utilizado o corte longitudinal para a coleta dos dados, que, segundo Beuren et al (2012), “implica coletar dados ao longo de um período; podem até ser coletados em um momento, mas correspondem a um período de tempo mais longo.”.

Dessa forma, foram analisadas as DVAs publicadas entre os anos de 2010 a 2014. A escolha deste período está relacionada à Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 que, a partir de 1º de janeiro de 2008, tornou obrigatória a elaboração e a publicação da DVA para as sociedades de capital aberto. Para fins deste estudo, foram analisadas as DVAs consolidadas, é devido a este motivo o corte temporal de 2010 a 2014, pois segundo o CPC 43 (2010, p. 4) foi a partir de 2010 que tornou-se obrigatória para as entidades a emissão de demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

O Quadro 5 apresenta a relação das empresas que representam a amostra escolhida:

Razão Social	Nome de Pregão	Segmento
ALFA HOLDINGS S.A.	ALFA HOLDING	
BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	BANESTES	
BCO ABC BRASIL S.A.	ABC BRASIL	N2
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	ALFA INVEST	
BCO AMAZONIA S.A.	AMAZONIA	
BCO BRADESCO S.A.	BRADESCO	N1
BCO BRASIL S.A.	BRASIL	NM
BCO BTG PACTUAL S.A.	BTGP BANCO	
BCO DAYCOVAL S.A.	DAYCOVAL	N2
BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE	BANESE	
BCO ESTADO DO PARA S.A.	BANPARA	
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL	N1
BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	BICBANCO	N1
BCO INDUSVAL S.A.	INDUSVAL	N2
BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.	MERC INVEST	
BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	MERC BRASIL	
BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	NORD BRASIL	
BCO PAN S.A.	BANCO PAN	N1
BCO PATAGONIA S.A.	PATAGONIA	DR3
BCO PINE S.A.	PINE	N2
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR	
BCO SOFISA S.A.	SOFISA	N2
BRB BCO DE BRASÍLIA S.A.	BRB BANCO	
CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	ALFA CONSORC	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITAUUNIBANCO	N1
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	ITAUSA	N1
PARANA BCO S.A.	PARANA	N1

QUADRO 5 - Entidades do subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa

Fonte: site da BM&FBovespa (2015)

LEGENDA:

(NM) Cia. Novo Mercado

(N1) Nível 1 de Governança Corporativa

(N2) Nível 2 de Governança Corporativa

(DR3) BDR Nível 3

A amostra é composta por 27 (vinte e sete) entidades do subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa, conforme mostra o Quadro 5. Conforme mostra a legenda, existem diferentes segmentos de listagem na BM&FBovespa,

que foram criados a partir da necessidade de ter segmentos adequados aos diferentes perfis de empresas, para dessa forma poder desenvolver o mercado de capitais brasileiro.

O segmento de listagem que exige o mais elevado padrão de governança corporativa da Bolsa é o Novo Mercado. Governança corporativa compreende um conjunto de regras que orientam as relações corporativas, proporcionando a harmonia entre os interesses das empresas, administradores, controladores, e demais acionistas.

O capital das companhias listadas no Novo Mercado deve ser composto, exclusivamente, por ações ordinárias com direito a voto ou, se existir ações preferenciais, que estas possam ser convertidas em ações ordinárias. Já as companhias listadas no Nível 2 de Governança Corporativa, que é similar ao Novo Mercado, têm o direito de manter ações preferenciais.

O Nível 1 de Governança Corporativa compreende companhias que devem adotar práticas que contribuam com a transparência e com o acesso das informações pelos investidores, e não devem ter partes beneficiárias.

Por fim, os BDRs – Brazilian Depositary Receipts são, de acordo com o disposto no endereço eletrônico da BM&FBovespa, certificados de depósitos de valores mobiliários emitidos no Brasil que representam os valores mobiliários de emissão das companhias abertas com sede no exterior e, dividem-se em BDRs Patrocinados e BDRs Não Patrocinados. Os BDRs Patrocinados Nível 2 e 3 oferecem aos investidores possibilidades de investimento em companhias estrangeiras de forma simples e ágil, sem a necessidade de fazer operações de câmbio, transferir recursos para o exterior, tudo é feito no Brasil e qualquer tipo de investidor pode negociar BDRs Nível 2 e 3.

Já os BDRs Não Patrocinados, diferentemente dos BDRs Patrocinados Nível 2 e 3, só podem ser adquiridas por Instituições Financeiras; Fundos de Investimento; Administradores de carteiras e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM; entidades fechadas de previdência complementar; e pessoas físicas ou jurídicas com investimentos financeiros superiores a R\$ 1.000.000,00, pois são considerados investimento no exterior para efeito de composição de carteira.

Outra informação sobre as empresas, diz respeito à atividade que exercem, conforme descrito na BM&FBovespa e no site da Receita Federal, apresentando no Quadro 6:

Razão Social	Atividade BM&FBovespa	Atividade Receita Federal
ALFA HOLDINGS S.A.	Participar como sócio ou acionista de sociedades, na qualidade de cotista, acionista ou de outra forma legalmente admissível	Holdings de instituições financeiras
BANESTES S.A. - BCO EST ESPÍRITO SANTO	Intermediação Financeira inerente aos Bancos Múltiplos, por meio das carteiras autorizadas, inclusive operações de câmbio	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO ABC BRASIL S.A.	O banco tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	A prática de todas as operações permitidas à sociedade da espécie pelas disposições legais e regulamentares que então vigorem. Inclusive as de câmbio, mas excetuadas outras que dependem de autorização	Bancos de investimento
BCO AMAZONIA S.A.	Bancos comerciais	Bancos comerciais
BCO BRADESCO S.A.	Prática de operações bancárias em geral, inclusive câmbio	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO BRASIL S.A.	Banco Múltiplo	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO BTG PACTUAL S.A.	A companhia e suas controladas formam um grupo de prestação de serviços financeiros sediado no Brasil, atuando como banco múltiplo com carteira de investimento nos termos da legislação aplicável	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO DAYCOVAL S.A.	Banco múltiplo com carteira comercial de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE	Banco múltiplo com carteira comercial	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO ESTADO DO PARA S.A.	Bancária	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	Banco múltiplo atuante nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento e arrendamento mercantil e de investimentos	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	Banco Múltiplo	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO INDUSVAL S.A.	Banco múltiplo que concentra seus negócios em produtos de crédito corporativo em moeda nacional e estrangeira, bem como produtos de repasse, tesouraria e serviço de assessoria financeira a empresas	Bancos comerciais
BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.	Investimentos/Financiamentos	Bancos de investimento
BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	Finanças, Banco Múltiplo	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	Banco Múltiplo com carteira comercial	Bancos múltiplos, com carteira comercial

Continua.

Continuação.

BCO PAN S.A.	Banco Múltiplo com carteira comercial	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO PATAGONIA S.A.	Banco Comercial	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO PINE S.A.	Banco de atacado focado no relacionamento de longo prazo com clientes de grande porte e investidores. Oferece crédito, produtos de hedging, mercado de capitais e serviços de assessoria financeira	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	Banco Múltiplo com carteira comercial	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BCO SOFISA S.A.	Banco Múltiplo com carteira comercial, crédito, financiamento e investimento, câmbio e arrendamento mercantil	Bancos múltiplos, com carteira comercial
BRB BCO DE BRASILIA S.A.	O BRB é uma Instituição Financeira de Economia Mista, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de Banco Múltiplo	Bancos múltiplos, com carteira comercial
CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	Participar como sócia de outras sociedades na qualidade de cotista, acionista ou de outra forma legalmente admissível	Holdings de instituições financeiras
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	A sociedade tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio	Bancos múltiplos, com carteira comercial
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	Gestão de participações societárias (holding)	Holdings de instituições não-financeiras
PARANA BCO S.A.	Banco Múltiplo com carteira de crédito, financiamento e investimentos	Bancos múltiplos, com carteira comercial

QUADRO 6 – Atividades exercidas pelas empresas analisadas

Fonte: site da BM&FBovespa e Receita Federal (2015)

Na primeira coleta de dados para o Projeto, haviam 27 empresas listadas na BM&FBovespa, conforme relacionadas no Quadro 6. Já em um segundo momento de coleta de dados, uma das empresas, a BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., deixou de fazer parte da listagem, restando assim, 26 empresas. Destas, uma não apresentou informações de DVA; sete apresentaram DVAs individuais; e dezoito apresentaram DVAs consolidadas.

Segundo o CPC 36 (2012, p. 7):

Demonstrações consolidadas são as demonstrações contábeis de *grupo econômico*, em que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da *controladora* e de suas *controladas* são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

Para Iudícibus et al (2010), a consolidação das demonstrações contábeis tem por objetivo apresentar os resultados das operações e, principalmente, a posição financeira da entidade controladora e de suas controladas, como se fossem uma única entidade. Dessa forma, este estudo analisou somente as empresas, conforme relacionadas no Quadro 7, que apresentam DVAs consolidadas.

Razão Social	Nome de Pregão
BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	BANESTES
BCO ABC BRASIL S.A.	ABC BRASIL
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	ALFA INVEST
BCO BRADESCO S.A.	BRADESCO
BCO BRASIL S.A.	BRASIL
BCO BTG PACTUAL S.A.	BTGP BANCO
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL
BCO INDUSVAL S.A.	INDUSVAL
BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	MERC BRASIL
BCO PAN S.A.	BANCO PAN
BCO PATAGONIA S.A.	PATAGONIA
BCO PINE S.A.	PINE
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR
BCO SOFISA S.A.	SOFISA
BRB BCO DE BRASILIA S.A.	BRB BANCO
CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	ALFA CONSORC
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITAUUNIBANCO
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	ITAUSA

QUADRO 7 – Empresas que apresentam DVAs consolidadas
Fonte: site da BM&FBovespa (2015)

3.2.1 Procedimento de Análise

Os procedimentos utilizados neste estudo, para analisar como foram distribuídos os recursos captados pelas entidades do setor financeiro e outros, subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014, são: Análise Vertical e Análise Horizontal.

De acordo com Marion (2009) na análise vertical calcula-se o percentual de cada conta ou grupo de contas, de determinado demonstrativo, em relação a um valor base, e na análise horizontal compara-se o valor de cada item do demonstrativo com o seu valor correspondente em determinado período anterior, evidenciando, desta forma, se houve ou não evolução de um período em relação ao outro. Silva (2010, p. 115) escreve que a análise horizontal “trabalha fundamentalmente com efeitos e dificilmente revela as causas das mudanças”.

Ainda segundo Silva (2010, p. 116), a análise vertical “pode ser entendida como a análise da estrutura das demonstrações, pois permite a identificação da real importância de uma conta dentro do conjunto de contas ao qual pertence”. Dessa forma, com esta análise faz-se o levantamento dos percentuais das contas, com relação ao grupo do qual faz parte, sendo possível verificar as tendências de forma mais objetiva e, descobrir algumas das causas primárias dessas tendências.

Quando aplica-se a técnica da análise vertical na DVA, no que diz respeito a formação da riqueza, a receita representa o total, em percentual, e as demais contas que a compõe são as necessárias para se obter a riqueza produzida pela entidade. Já no caso da distribuição da riqueza, o valor adicionado é considerado o total, em percentual, com o qual se vai comparar a riqueza distribuída aos empregados, sócios, governo, e demais agentes responsáveis pela sua geração.

Diante do exposto, conclui-se que o resultado obtido através da análise vertical e horizontal, quando utilizadas em conjunto, pode servir como base para mudanças de direcionamentos dentro das entidades, pois estas análises permitem observar se há itens fora das proporções usuais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico do estudo compreende a demonstração dos valores distribuídos pelas empresas analisadas, conforme prerrogativas da Demonstração do Valor Adicionado. Os dados analisados das empresas, objeto de estudo, estão dispostos nos Apêndices. Com base nestes dados, foi observado que algumas empresas possuíam índices superiores e/ou inferiores às demais empresas. Sendo assim, foram excluídos os dados das seguintes empresas: BCO INDUSVAL S.A., BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. e BCO PAN S.A.

Os tópicos que seguem apresentam tabelas que demonstram a distribuição da riqueza com Pessoal; com Impostos, Taxas e Contribuições; com Remuneração de Capitais de Terceiros; e com Remuneração de Capitais Próprios. Dessa forma, foram realizadas análises verticais com a finalidade de verificar a proporção que cada uma das contas representam na distribuição da riqueza e também, para auxiliar nessa análise, calculou-se a média anual e por empresa.

4.1 Análise da Distribuição do Valor Adicionado com Pessoal

Diante da Tabela 1, é possível observar que a empresa que mais distribuiu riqueza para pessoal, durante os anos de 2010 a 2014, foi a BRB BCO DE BRASÍLIA S.A. com 50,02% e, a que menos distribuiu foi a ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A. com apenas 18,79%.

TABELA 1 – Médias da Distribuição do Valor Adicionado com Pessoal

Empresa	2014	2013	2012	2011	2010	Média por empresa
1 BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	45,42%	46,47%	50,96%	49,00%	37,19%	45,81%
2 BCO ABC BRASIL S.A.	33,32%	35,32%	30,65%	30,05%	30,28%	31,92%
3 BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	38,73%	28,88%	29,33%	35,75%	34,46%	33,43%
4 BCO BRADESCO S.A.	31,51%	34,33%	31,66%	35,57%	27,48%	32,11%
5 BCO BRASIL S.A.	47,51%	51,29%	45,82%	41,75%	40,47%	45,37%
6 BCO BTG PACTUAL S.A.	41,17%	30,75%	29,40%	26,54%	23,35%	30,24%
7 BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	48,47%	43,00%	40,87%	36,24%	36,58%	41,03%
8 BCO PATAGONIA S.A.	37,81%	34,40%	34,61%	37,80%	46,59%	38,24%
9 BCO PINE S.A.	55,48%	40,11%	30,36%	29,78%	22,22%	35,59%
10 BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	39,10%	51,93%	47,07%	36,10%	31,42%	41,12%
11 BCO SOFISA S.A.	37,61%	56,53%	52,92%	61,86%	36,71%	49,13%
12 BRB BCO DE BRASÍLIA S.A.	52,29%	52,35%	51,18%	53,98%	40,31%	50,02%
13 CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	32,98%	35,27%	26,45%	35,73%	40,90%	34,26%
14 ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	29,22%	33,69%	33,96%	31,95%	31,60%	32,08%
15 ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	8,80%	14,30%	16,83%	25,86%	28,15%	18,79%
Média anual	38,63%	39,24%	36,80%	37,87%	33,85%	

FONTE: Dados da Pesquisa (2016)

No entanto, mesmo com essa diferença entre os extremos, as demais empresas mantêm uma tendência que varia de 30% a 49% da riqueza. Observa-se ainda que, ao passar dos anos, a porcentagem de distribuição do valor adicionado com pessoal aumentou na maior parte das empresas.

4.2 Análise da Distribuição do Valor Adicionado com Impostos, Taxas e Contribuições

Em 2010, a média anual da distribuição da riqueza para impostos, taxas e contribuições foi de 26,47% e em 2014 houve uma queda nesse percentual, passando para 19,83%, conforme Tabela 2.

TABELA 2 – Média da Distribuição do Valor Adicionado com Impostos, Taxas e Contribuições

Empresa	2014	2013	2012	2011	2010	Média por empresa
1 BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	27,33%	27,60%	27,46%	27,12%	30,86%	28,07%
2 BCO ABC BRASIL S.A.	15,92%	17,49%	23,71%	27,34%	26,95%	22,28%
3 BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	18,17%	28,93%	25,95%	21,30%	22,59%	23,39%
4 BCO BRADESCO S.A.	25,44%	23,15%	30,01%	25,08%	34,19%	27,57%
5 BCO BRASIL S.A.	16,02%	15,27%	20,43%	24,48%	26,22%	20,48%
6 BCO BTG PACTUAL S.A.	4,72%	15,87%	24,89%	-9,43%	21,80%	11,57%
7 BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	25,02%	27,54%	27,34%	29,08%	30,08%	27,81%
8 BCO PATAGONIA S.A.	27,56%	27,94%	20,68%	19,95%	22,15%	23,66%
9 BCO PINE S.A.	1,35%	11,77%	19,46%	26,48%	30,05%	17,82%
10 BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	21,22%	10,10%	6,98%	12,52%	20,95%	14,35%
11 BCO SOFISA S.A.	33,19%	20,11%	30,04%	5,86%	18,35%	21,51%
12 BRB BCO DE BRASILIA S.A.	28,19%	28,98%	28,17%	29,78%	30,03%	29,03%
13 CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	23,80%	15,59%	17,79%	27,22%	19,40%	20,76%
14 ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	26,54%	24,52%	27,98%	25,75%	31,36%	27,23%
15 ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	3,03%	4,43%	4,92%	28,58%	32,10%	14,61%
Média anual	19,83%	19,95%	22,39%	21,41%	26,47%	

FONTE: Dados da Pesquisa (2016)

A empresa BCO PINE S.A., de acordo com a Tabela 2, foi a que registrou o menor percentual de distribuição do valor adicionado para impostos, taxas e contribuições no ano de 2014, chegando a 1,35% da riqueza, que em 2010 era de 30,05%. Observa-se que a média por empresa é apresentada com similaridade entre as entidades, sendo a maior com 29,03% e a menor com 11,57% da riqueza.

4.3 Análise da Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais de Terceiros

De acordo com a Tabela 3, não houve distribuição do valor adicionado para remuneração de capitais de terceiros nas empresas BCO ABC BRASIL S.A., BCO PATAGONIA S.A. e BRB BCO DE BRASILIA S.A.

TABELA 3 – Média da Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais de Terceiros

Empresa	2014	2013	2012	2011	2010	Média por empresa
1 BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	3,31%	3,59%	4,01%	3,67%	2,52%	3,42%
2 BCO ABC BRASIL S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
3 BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	3,89%	2,55%	3,10%	3,36%	3,93%	3,37%
4 BCO BRADESCO S.A.	2,22%	2,51%	2,35%	2,55%	2,05%	2,34%
5 BCO BRASIL S.A.	2,86%	2,67%	2,04%	1,79%	1,67%	2,21%
6 BCO BTG PACTUAL S.A.	2,14%	1,58%	1,25%	1,01%	0,95%	1,39%
7 BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	2,61%	2,27%	2,04%	1,87%	2,00%	2,16%
8 BCO PATAGONIA S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
9 BCO PINE S.A.	4,43%	2,40%	2,68%	2,36%	2,52%	2,88%
10 BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	4,32%	6,10%	4,69%	3,38%	2,82%	4,26%
11 BCO SOFISA S.A.	2,07%	3,48%	-0,32%	2,02%	1,84%	1,82%
12 BRB BCO DE BRASILIA S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
13 CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	2,64%	2,41%	1,98%	2,89%	2,74%	2,53%
14 ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	2,33%	2,61%	2,62%	2,50%	2,39%	2,49%
15 ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	3,59%	4,01%	4,89%	2,68%	2,33%	3,50%
Média anual	2,43%	2,41%	2,09%	2,01%	1,85%	

FONTE: Dados da Pesquisa (2016)

Observa-se que a distribuição da riqueza para remuneração do capital de terceiros, que são valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital, aumentou gradativamente nos anos de 2010 a 2014, mas mesmo com esse aumento, os percentuais das empresas para remuneração do capital de terceiros apresentam menor peso em relação às outras contas de distribuição do valor adicionado.

4.4 Análise da Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais Próprios

A distribuição do valor adicionado com remuneração de capitais próprios representa valores de remuneração aos sócios e acionistas das empresas, por meio de juros sobre o capital próprio, dividendos, lucros retidos e prejuízo do exercício. Dessa forma observa-se, conforme apresenta a Tabela 4, que a distribuição da riqueza com remuneração de capitais próprios registrou um aumento no ano de 2014, com 36,80%, em relação a 2010, com 34,19% da riqueza distribuída.

TABELA 4 – Média da Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais Próprios

Empresa	2014	2013	2012	2011	2010	Média por empresa
1 BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	23,94%	22,34%	17,57%	20,21%	29,43%	22,70%
2 BCO ABC BRASIL S.A.	50,76%	47,19%	45,64%	42,61%	42,77%	45,79%
3 BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	39,21%	39,64%	41,61%	39,59%	39,02%	39,81%
4 BCO BRADESCO S.A.	40,82%	40,01%	35,99%	36,79%	36,29%	37,98%
5 BCO BRASIL S.A.	33,61%	30,77%	31,71%	31,97%	31,64%	31,94%
6 BCO BTG PACTUAL S.A.	51,97%	51,80%	44,45%	81,88%	53,90%	56,80%
7 BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	23,91%	27,19%	29,76%	32,81%	31,34%	29,00%
8 BCO PATAGONIA S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
9 BCO PINE S.A.	38,73%	45,72%	47,49%	41,39%	45,21%	43,71%
10 BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	35,36%	31,87%	41,26%	18,00%	21,49%	29,59%
11 BCO SOFISA S.A.	27,13%	19,88%	17,36%	30,26%	43,10%	27,55%
12 BRB BCO DE BRASILIA S.A.	19,52%	18,67%	20,65%	16,24%	29,66%	20,95%
13 CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	40,58%	46,73%	53,79%	34,16%	36,97%	42,45%
14 ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	41,91%	39,18%	35,44%	39,80%	34,65%	38,20%
15 ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	84,59%	77,25%	73,37%	42,88%	37,43%	63,10%
Média anual	36,80%	35,88%	35,74%	33,91%	34,19%	

FONTE: Dados da Pesquisa (2016)

A empresa ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A. apresentou o maior percentual, demonstrando assim que, em média, do total do valor adicionado a distribuir, a mesma distribuiu 63,10% para remuneração de capitais próprios. Já a empresa BRB BCO DE BRASILIA S.A. registrou menor percentual de média por empresa, apenas 20,95%, e a BCO PATAGONIA S.A. não registrou valor de distribuição de riqueza para remuneração de capitais próprios nos anos de 2010 a 2014.

4.5 Análise Conjunta da Distribuição do Valor Adicionado

Após a análise vertical da distribuição do valor adicionado, foi possível identificar, através da média anual das empresas, conforme Quadro 8, que entre os anos de 2010 a 2014 a maior parte da distribuição das riquezas foi para a conta Pessoal, que são valores referentes a honorários e benefícios pagos aos funcionários, sendo 33,85% em 2010, 37,87% em 2011, 36,80% em 2012, passando para 39,24% em 2013 e fechando o ano de 2014 com 38,63%, refletindo um crescimento de 4,78% em relação ao ano de 2010.

Conta de Distribuição	2014	2013	2012	2011	2010
Pessoal	38,63%	39,24%	36,80%	37,87%	33,85%
Impostos, Taxas e Contribuições	19,83%	19,95%	22,39%	21,41%	26,47%
Remuneração de Capitais de Terceiros	2,43%	2,41%	2,09%	2,01%	1,85%
Remuneração de Capitais Próprios	36,80%	35,88%	35,74%	33,91%	34,19%

QUADRO 8 - Média anual da Distribuição do Valor Adicionado das empresas

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A empresa que mais distribuiu riquezas para a conta de Pessoal, identificada através da média por empresas, conforme Quadro 9, foi a BRB BCO DE BRASILIA S.A. com 50,02%.

Conta de Distribuição	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios
BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	45,81%	28,07%	3,42%	22,70%
BCO ABC BRASIL S.A.	31,92%	22,28%	0,00%	45,79%
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	33,43%	23,39%	3,37%	39,81%
BCO BRADESCO S.A.	32,11%	27,57%	2,34%	37,98%
BCO BRASIL S.A.	45,37%	20,48%	2,21%	31,94%
BCO BTG PACTUAL S.A.	30,24%	11,57%	1,39%	56,80%
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	41,03%	27,81%	2,16%	29,00%
BCO PATAGONIA S.A.	38,24%	23,66%	0,00%	0,00%
BCO PINE S.A.	35,59%	17,82%	2,88%	43,71%
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	41,12%	14,35%	4,26%	29,59%
BCO SOFISA S.A.	49,13%	21,51%	1,82%	27,55%
BRB BCO DE BRASILIA S.A.	50,02%	29,03%	0,00%	20,95%
CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	34,26%	20,76%	2,53%	42,45%
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	32,08%	27,23%	2,49%	38,20%
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	18,79%	14,61%	3,50%	63,10%

QUADRO 9 - Média da Distribuição do Valor Adicionado por empresa

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

O segundo maior destino da distribuição das riquezas geradas pelas empresas do segmento de Bancos, conforme Quadro 8, foi a Remuneração de Capitais Próprios, que são valores de remuneração aos sócios e acionistas das empresas, por meio de juros sobre o capital próprio, dividendos, lucros retidos e prejuízo do exercício. A proporção da distribuição da riqueza, para essa conta, foi de 34,19% em 2010, caindo para 33,91% em 2011, no ano de 2012 aumentou para 35,74%, em 2013 manteve-se estável com 35,88%, e no ano de 2014 fechou com 36,80% da riqueza distribuída. Dessa forma, apresentou uma evolução de 2,61% em 2014 quando comparado com o ano de 2010. A empresa ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A, conforme Quadro 9, foi a que apresentou maior percentual de distribuição das riquezas para essa conta, com 63,10% e, enquanto a empresa BCO PATAGONIA S.A. não registrou valor de distribuição de riqueza para remuneração de capitais próprios nos anos de 2010 a 2014.

Os Impostos, Taxas e Contribuições, que são valores referentes à Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IR), contribuições e tributos devidos à União, aos Estados e aos Municípios, foram o terceiro maior destino da distribuição das riquezas geradas. A média anual das

empresas com distribuição das riquezas para Impostos, Taxas e Contribuições, conforme Quadro 8, foi de 26,47% em 2010, caiu para 21,41% em 2011, aumentou para 22,39% em 2012, voltou a cair em 2013 para 19,95% e no ano de 2014 continuou a cair para 19,83% da riqueza distribuída. A empresa BCO BTG PACTUAL S.A., através da análise da média por empresa, conforme Quadro 9, apresentou o menor percentual de distribuição das riquezas e a empresa BRB BCO DE BRASILIA S.A. o maior percentual, com, respectivamente, 11,57% e 29,03%. Nessa conta houve um declínio dos percentuais em -6,64% no ano de 2014 em relação a 2010.

A conta, para a qual a distribuição do valor adicionado foi destinada em menor proporção, foi a de Remuneração de Capitais de Terceiros, que são valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital. Para esta conta, de acordo com o apresentado no Quadro 8, foram distribuídos 1,85% de toda a riqueza gerada pelas empresas em 2010, passando para 2,01% em 2011, 2,09% em 2012, aumentando para 2,41% em 2013 e fechando o ano de 2014 com 2,43%. Representando, assim, um crescimento de 0,58% em 2014 comparado a 2010. Em relação à média por empresa, conforme Quadro 9, a empresa que mais distribuiu riqueza nos anos de 2010 a 2014 foi a BCO SANTANDER (BRASIL) S.A. com 4,26%, enquanto as empresas BCO ABC BRASIL S.A., BCO PATAGONIA S.A. e BRB BCO DE BRASILIA S.A não registraram valores de distribuição do valor adicionado para Remuneração de Capitais de Terceiros nos anos de 2010 a 2014.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo geral, analisar como foram distribuídos os recursos captados pelas empresas do setor financeiro e outros, subsetor de Intermediários Financeiros do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014. Durante a análise, os dados de três empresas, sendo elas: BCO INDUSVAL S.A., BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. e BCO PAN S.A, foram excluídos, pois apresentavam índices ora muito superiores e ora muito inferiores às demais empresas objeto de estudo. Dessa forma, foram analisadas as DVAs de apenas 15 empresas do segmento de Bancos listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014.

Identificou-se, através da média anual das empresas, que a conta para a qual as empresas distribuíram valor adicionado em maior proporção, foi para a conta de Pessoal, em segundo lugar ficou a conta de Remuneração de Capitais Próprios, em terceiro lugar a conta de Impostos, Taxas e Contribuições, e por último a conta de Remuneração de Capitais Terceiros, com o menor destino da distribuição das riquezas pelas empresas.

Diante das análises realizadas, foi possível concluir que, dessas contas, as de Pessoal, Remuneração de Capitais Próprios e Remuneração de Capitais de Terceiros evoluíram positivamente ao longo dos anos de 2010 a 2014 e, quanto à conta de Impostos, Taxas e Contribuições, houve um declínio dos percentuais no período estudado.

A limitação desse estudo foi em relação à análise dos resultados, na qual não foram analisados aspectos explicativos para o aumento ou diminuição da distribuição do valor adicionado das empresas para as contas que o compõem, pois a análise isolada da DVA não nos proporciona tais informações. Sugere-se para futuras pesquisas a realização de uma análise das Notas Explicativas ou, então, uma análise conjunta da DVA com Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, poderia identificar maiores explicações para os aumentos e diminuições da distribuição do valor adicionado.

6 REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M. et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BM&FBOVESPA A NOVA BOLSA. São Paulo. 2015. Disponível em:
<<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 10/06/2015.

Secretaria da Receita Federal do Brasil MINISTÉRIO DA FAZENDA. Brasília. 2015. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 19/07/2015.

BRASIL. **Lei Ordinária nº 11.638 de 28/12/2007**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 20/03/2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado**. 2012. Disponível em:<http://cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>. Acesso em: 18/03/2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 36 – Demonstrações Consolidadas**. 2012. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/448_CPC_36_R3_rev%2008.pdf>. Acesso em: 15/03/2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41. 2010**. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/426_CPC43_R1.pdf>. Acesso em: 20/04/2016.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado – DVA – Um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04072006-110008/pt-br.php>>. Acesso em: 18/03/2015.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

DICIONÁRIO, eletrônico **Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo Informática, 2004. Disponível em: <<http://www.aureliopositivo.com.br>>. Acesso em: 12/03/2015.

FERRARI, Simone Lopes. **Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidenciação da riqueza distribuída à sociedade por empresas listadas na BM&F Bovespa nos anos de 2005 a 2009**. Florianópolis, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121346>>. Acesso em: 10/05/2015.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar Projetos, Monografias, Dissertações e Teses – Da Redação Científica à Apresentação do Texto Final**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balço Social, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NAGAI, Cristiane. **A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de transparência nas entidades do terceiro setor**. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03122012-153633/pt-br.php>>. Acesso em: 11/05/2015.

OLIVEIRA, A. B. S. et al. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, Maísa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. **A remuneração dos capitais utilizados para financiamento dos ativos de empresas distribuidoras de energia elétrica medida por meio da DVA**. BBR – Brazilian Business Review, v.1, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=123017748002>>. Acesso em: 11/05/2015.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos. **DVA – Uma demonstração que veio para ficar**. Revista Contabilidade e Finanças – USP, v. 16, n. 38, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34154/36886>>. Acesso em: 20/03/2015.

SCHERER, Luciano Márcio. **Valor Adicionado: análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicam a demonstração do valor adicionado**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-31012007-174441/pt-br.php>>. Acesso em: 10/04/2015.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TAIAROL, Silvane Maria; RAIMUNDINI, Simone Letícia; BEHR, Ariel. **Indicadores Sociais Internos e a Geração de Valor Adicionado: uma Análise da Relação do Balço**

Social e da Demonstração do Valor Adicionado em Bancos Brasileiros. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 1, n. 2, set/dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/34/pdf>>. Acesso em: 25/04/2015.

VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Verdades e mitos na interpretação da demonstração do valor adicionado.** São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15102010-201125/en.php>>. Acesso em: 04/04/2015.

– APÊNDICES –

Apêndice A – Dados relativos da DVA - Distribuição do Valor Adicionado com Pessoal

	Empresa	2014	2013	2012	2011	2010
1	BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	45,42%	46,47%	50,96%	49,00%	37,19%
2	BCO ABC BRASIL S.A.	33,32%	35,32%	30,65%	30,05%	30,28%
3	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	38,73%	28,88%	29,33%	35,75%	34,46%
4	BCO BRADESCO S.A.	31,51%	34,33%	31,66%	35,57%	27,48%
5	BCO BRASIL S.A.	47,51%	51,29%	45,82%	41,75%	40,47%
6	BCO BTG PACTUAL S.A.	41,17%	30,75%	29,40%	26,54%	23,35%
7	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	48,47%	43,00%	40,87%	36,24%	36,58%
8	BCO INDUSVAL S.A.	78,73%	-178,36%	61,74%	264,14%	48,21%
9	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	406,31%	52,97%	44,13%	62,54%	38,00%
10	BCO PAN S.A.	52,88%	58,36%	1722,29%	-169,75%	0,00%
11	BCO PATAGONIA S.A.	37,81%	34,40%	34,61%	37,80%	46,59%
12	BCO PINE S.A.	55,48%	40,11%	30,36%	29,78%	22,22%
13	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	39,10%	51,93%	47,07%	36,10%	31,42%
14	BCO SOFISA S.A.	37,61%	56,53%	52,92%	61,86%	36,71%
15	BRB BCO DE BRASILIA S.A.	52,29%	52,35%	51,18%	53,98%	40,31%
16	CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	32,98%	35,27%	26,45%	35,73%	40,90%
17	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	29,22%	33,69%	33,96%	31,95%	31,60%
18	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	8,80%	14,30%	16,83%	25,86%	28,15%

QUADRO 10 - Distribuição do Valor Adicionado com Pessoal

FONTE: Dados da Pesquisa

Apêndice B – Dados relativos da DVA - Distribuição do Valor Adicionado com Impostos, Taxas e Contribuições

	Empresa	2014	2013	2012	2011	2010
1	BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	27,33%	27,60%	27,46%	27,12%	30,86%
2	BCO ABC BRASIL S.A.	15,92%	17,49%	23,71%	27,34%	26,95%
3	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	18,17%	28,93%	25,95%	21,30%	22,59%
4	BCO BRADESCO S.A.	25,44%	23,15%	30,01%	25,08%	34,19%
5	BCO BRASIL S.A.	16,02%	15,27%	20,43%	24,48%	26,22%
6	BCO BTG PACTUAL S.A.	4,72%	15,87%	24,89%	-9,43%	21,80%
7	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	25,02%	27,54%	27,34%	29,08%	30,08%
8	BCO INDUSVAL S.A.	18,63%	86,81%	23,23%	-57,78%	25,24%
9	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	-95,93%	22,13%	24,71%	10,63%	26,30%
10	BCO PAN S.A.	29,16%	48,74%	701,58%	739,57%	-
11	BCO PATAGONIA S.A.	27,56%	27,94%	20,68%	19,95%	22,15%
12	BCO PINE S.A.	1,35%	11,77%	19,46%	26,48%	30,05%
13	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	21,22%	10,10%	6,98%	12,52%	20,95%
14	BCO SOFISA S.A.	33,19%	20,11%	30,04%	5,86%	18,35%
15	BRB BCO DE BRASILIA S.A.	28,19%	28,98%	28,17%	29,78%	30,03%
16	CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	23,80%	15,59%	17,79%	27,22%	19,40%
17	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	26,54%	24,52%	27,98%	25,75%	31,36%
18	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	3,03%	4,43%	4,92%	28,58%	32,10%

QUADRO 11 - Distribuição do Valor Adicionado com Impostos, Taxas e Contribuições

FONTE: Dados da Pesquisa

Apêndice C – Dados relativos da DVA - Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais de Terceiros

	Empresa	2014	2013	2012	2011	2010
1	BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	3,31%	3,59%	4,01%	3,67%	2,52%
2	BCO ABC BRASIL S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
3	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	3,89%	2,55%	3,10%	3,36%	3,93%
4	BCO BRADESCO S.A.	2,22%	2,51%	2,35%	2,55%	2,05%
5	BCO BRASIL S.A.	2,86%	2,67%	2,04%	1,79%	1,67%
6	BCO BTG PACTUAL S.A.	2,14%	1,58%	1,25%	1,01%	0,95%
7	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	2,61%	2,27%	2,04%	1,87%	2,00%
8	BCO INDUSVAL S.A.	6,65%	-14,08%	4,87%	13,62%	1,49%
9	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	82,97%	9,30%	7,45%	7,90%	3,51%
10	BCO PAN S.A.	6,78%	7,62%	195,66%	-29,41%	-
11	BCO PATAGONIA S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
12	BCO PINE S.A.	4,43%	2,40%	2,68%	2,36%	2,52%
13	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	4,32%	6,10%	4,69%	3,38%	2,82%
14	BCO SOFISA S.A.	2,07%	3,48%	-0,32%	2,02%	1,84%
15	BRB BCO DE BRASILIA S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
16	CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	2,64%	2,41%	1,98%	2,89%	2,74%
17	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	2,33%	2,61%	2,62%	2,50%	2,39%
18	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	3,59%	4,01%	4,89%	2,68%	2,33%

QUADRO 12 - Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais de Terceiros

FONTE: Dados da Pesquisa

Apêndice D – Dados relativos da DVA - Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais Próprios

	Empresa	2014	2013	2012	2011	2010
1	BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	23,94%	22,34%	17,57%	20,21%	29,43%
2	BCO ABC BRASIL S.A.	50,76%	47,19%	45,64%	42,61%	42,77%
3	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	39,21%	39,64%	41,61%	39,59%	39,02%
4	BCO BRADESCO S.A.	40,82%	40,01%	35,99%	36,79%	36,29%
5	BCO BRASIL S.A.	33,61%	30,77%	31,71%	31,97%	31,64%
6	BCO BTG PACTUAL S.A.	51,97%	51,80%	44,45%	81,88%	53,90%
7	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	23,91%	27,19%	29,76%	32,81%	31,34%
8	BCO INDUSVAL S.A.	-4,01%	205,64%	10,17%	-119,97%	25,06%
9	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	-293,35%	15,61%	23,71%	18,94%	32,18%
10	BCO PAN S.A.	11,18%	-14,72%	-2519,54%	-440,41%	-
11	BCO PATAGONIA S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
12	BCO PINE S.A.	38,73%	45,72%	47,49%	41,39%	45,21%
13	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	35,36%	31,87%	41,26%	18,00%	21,49%
14	BCO SOFISA S.A.	27,13%	19,88%	17,36%	30,26%	43,10%
15	BRB BCO DE BRASILIA S.A.	19,52%	18,67%	20,65%	16,24%	29,66%
16	CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	40,58%	46,73%	53,79%	34,16%	36,97%
17	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	41,91%	39,18%	35,44%	39,80%	34,65%
18	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	84,59%	77,25%	73,37%	42,88%	37,43%

QUADRO 13 - Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais Próprios

FONTE: Dados da Pesquisa